

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental
Central Solar Fotovoltaica do Cereiro (Hibridização da Central Hidroelétrica
da Bemposta)

Título: Relatório de Consulta Pública

**Central Solar Fotovoltaica do Cereiro (Hibridização da Central
Hidroelétrica da Bemposta)**

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: Agosto de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O PROJETO	4
3. LOCALIZAÇÃO.....	4
4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	4
5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do projeto **Central Solar Fotovoltaica do Cereiro (Hibridização da Central Hidroelétrica da Bemposta)** foi, nos termos do artigo 12.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, sujeita a um procedimento de Consulta Pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 22 de julho a 11 de agosto de 2026. O proponente do projeto é a Solar da Travanca, unipessoal Lda. e a entidade licenciadora, a DGEG.

2. O PROJETO

O Projeto tem como objetivo a produção de energia elétrica a partir de uma fonte renovável e não poluente, a energia solar, com vista a otimizar a capacidade de produção de energia renovável, produzida pela Central Hidroelétrica de Bemposta, através da instalação de uma Central Solar Fotovoltaica, dimensionada para uma potência instalada de 104 MWp, prevendo-se uma produção anual de cerca de 205 GWh, sem alterar a potência de ligação à RESP. Por ser uma hibridização, o projeto em apreço não requererá um novo ponto de injeção com a RESP pois partilhará o ponto de injeção da Central Hidroelétrica de Bemposta.

3. LOCALIZAÇÃO

O projeto localiza-se nos concelhos de Miranda do Douro e Mogadouro.

4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da PDA foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Norte e nas Câmaras Municipais de Miranda do Douro e Mogadouro.
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE.

6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 246 participações, provenientes das seguintes entidades e cidadãos: Câmara Municipal de Mogadouro; AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino; Associação ALDEIA; Associartecine; Ervas da Zoé; Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural; Plataforma Nordeste Vivo; SOS Animal – Grupo de Socorro Animal de Portugal; Vulture Conservation Foundation; Cidadãos a título individual: 237.

As preocupações manifestadas são transversais à maioria das participações recebidas e incidem, reiteradamente, sobre a paisagem e a identidade territorial, a biodiversidade e as áreas classificadas, os solos e as atividades agro-silvo-pastoris, os efeitos socioeconómicos, as alternativas de localização e de ligação à rede, os impactes cumulativos e, ainda, sobre o desmantelamento do projeto e recuperação das áreas intervencionadas. Subsequentemente, é consentâneo entre os demais contributos que, na fase posterior, sejam aprofundados, entre outros, os aspetos seguintes:

Localização e dimensão: justificação da localização, área necessária, eficiência territorial, compatibilidade com instrumentos de gestão e desenvolvimento local, alternativas e distribuição de benefícios e impactes.

Paisagem, identidade e património: a paisagem do Planalto Mirandês é descrita como elemento identitário, recurso económico e suporte de modos de vida, pelo que o risco de industrialização visual por extensas superfícies de painéis, acessos, vedações e linha elétrica, é repetidamente apontado. É, por isso, muito solicitado que se avalie não apenas visibilidades pontuais, mas a transformação do mosaico rural, a perceção a partir de aldeias e percursos, os efeitos cumulativos e a relação com património natural e cultural.

Biodiversidade, habitats e conectividade ecológica: é manifestada grande preocupação relativamente à flora, fauna, habitats, corredores ecológicos que ocorrem na área, decorrente dos impactes gerados pela fragmentação por vedações e acessos, perda de áreas de alimentação/abrigo e efeitos da LMAT, pelo que deverá ser assegurada a realização de campanhas sazonais, avaliação de conectividade, capacidade de carga de áreas envolventes, efeitos cumulativos e hierarquia de mitigação.

Solo, agricultura e sistemas agro-silvo-pastoris: é realçado o impacto sobre as atividades agricultura, pastagens, pastorícia extensiva, pecuária, sendo recorrente a preocupação com perda de área útil, efeito de barreira das vedações, circulação de fauna cinegética, acesso de rebanhos, disponibilidade de pastagens, apicultura e micologia. Vários contributos contestam, ainda, a desvalorização de solos de menor aptidão agrícola que sustentam usos agro-silvo-pastoris, devendo, por isso, serem avaliados os impactes e definidas condições de recuperação no fim da exploração.

Qualidade de vida: as preocupações evocam ruído, zumbido associado a linhas elétricas, alterações térmicas locais, proximidade a povoações e qualidade de vida. É necessário identificar distâncias a recetores sensíveis,

níveis de ruído e demais parâmetros pertinentes, confrontando-os com metodologias e valores de referência tecnicamente adequados.

Recursos hídricos, erosão, seca e incêndio: é referida a necessidade de avaliar a influência da remoção/gestão de vegetação, movimentação de terras, acessos e faixas de servidão, incluindo a operacionalidade da prevenção e combate a incêndios.

Turismo, economia local e fixação de população: os contributos relacionam paisagem e biodiversidade com turismo rural e de natureza, alojamento, atividades de animação, produtos locais, agricultura, emprego e capacidade de atrair ou fixar residentes. A análise socioeconómica deverá incluir atividades existentes, dependência de recursos paisagísticos/naturais, efeitos sobre acessibilidade e usos do solo, emprego temporário e permanente, eventuais benefícios locais, compensações e riscos de perda de valor económico ou patrimonial.

Benefícios e compensações locais: os intervenientes solicitam maior clareza sobre benefícios para as comunidades, obrigações do promotor, compensações, informação pública e responsabilidade financeira.

Impactes cumulativos: a avaliação cumulativa é uma das exigências mais consistentes dos contributos recebidos. São mencionados projetos vários, licenciados ou previstos, barragens, parques solares e eólicos, subestações, linhas elétricas. Vários participantes consideram insuficiente uma delimitação espacial rígida, como um raio de 10 km, quando a transformação paisagística, ecológica e socioeconómica ocorre à escala regional.

Linha elétrica / LMAT e servidões: o traçado previsto para a linha elétrica de ligação à rede é considerado uma componente relevante dos impactes do projeto, nomeadamente devido à proximidade de povoações, à necessidade de desmatção e instalação de apoios, aos potenciais efeitos sobre a avifauna e a paisagem. Várias participações relacionam os corredores da linha elétrica e o território envolvente com o Parque Natural do Douro Internacional e a

Rede Natura 2000, fazendo referência a ZEC, ZPE e a espécies com estatuto de conservação prioritário.

Fase de desativação: é solicitada definição de responsabilidades no fim de vida, remoção de equipamentos, reciclagem, recuperação de solos e estradas e garantias financeiras que evitem a transferência de custos para proprietários ou entidades públicas.

Alternativas, descentralização e áreas artificializadas: por fim, é defendido que a tecnologia fotovoltaica pode ser facilmente implantada em áreas urbanas e industriais já ocupadas e descaracterizadas por atividades antrópicas, o que permitiria produzir eletricidade junto aos locais de consumo, reduzindo significativamente os impactos ambientais e as perdas no transporte da energia gerada.

Sintetizam-se, em seguida, os aspetos mais relevantes das participações recebidas:

A **Câmara Municipal de Mogadouro** reconhece a importância das energias renováveis, mas considera que o concelho já apresenta uma elevada concentração de infraestruturas energéticas, com impactes relevantes na paisagem, biodiversidade, agricultura, turismo, património e economia local. Sendo que a sua posição assenta nos princípios da prevenção, precaução, sustentabilidade, participação pública e justiça territorial, entende que os custos da transição energética não devem recair de forma desproporcionada sobre os territórios produtores. Defende, por isso, uma avaliação cumulativa de todas as infraestruturas existentes, licenciadas e previstas, bem como um descritor autónomo de Capacidade de Carga Territorial, que permita determinar os limites ambientais, sociais e económicos do território.

A **AEPGA** considera insuficiente a avaliação dos impactes sobre os solos, os sistemas agro-silvo-pastoris, a biodiversidade e a conectividade ecológica. Contesta, em particular, a desvalorização dos leptossolos, sublinhando a sua

importância para a pastorícia extensiva, a vegetação autóctone, a infiltração da água e os corredores ecológicos. A associação defende que se avalie de forma integrada os usos agrícolas e pastoris tradicionais, a regeneração da vegetação, a conectividade ecológica e pastoril, os efeitos das alterações climáticas, o risco de incêndio e os impactos cumulativos dos vários projetos energéticos existentes e previstos na região e maior transparência quanto aos benefícios e compensações socioeconómicas para as comunidades locais.

A **Associação ALDEIA** considera que a instalação de novas infraestruturas desta dimensão poderá comprometer um modelo de desenvolvimento regional assente na valorização da natureza e no turismo de natureza. Alerta para os impactos negativos do projeto sobre a paisagem e a biodiversidade, bem como sobre atividades económicas relevantes no contexto local, nomeadamente a agricultura e a apicultura, que irão prejudicar a valorização económica sustentável dos recursos naturais que se tem vindo a afirmar no nordeste transmontano.

A **Associartecine** defende estudos mais aprofundados sobre a fauna, a conectividade ecológica, a fragmentação territorial, a paisagem, o risco de incêndio, a retenção hídrica, as alterações climáticas e os impactos cumulativos dos projetos energéticos existentes e previstos na região. E, ainda, a proteção de caminhos rurais, estruturas tradicionais e elementos identitários da paisagem, bem como maior transparência quanto aos benefícios e compensações para as comunidades locais.

A **Ervas da Zoé** manifesta uma posição totalmente desfavorável ao projeto, considerando que este poderá causar danos significativos num património que considera de elevado valor e que não respeita adequadamente a vontade das populações.

A **Palombar** alerta para a perda e fragmentação de habitats, a redução da conectividade ecológica e o risco de colisão associado à LMAT, defendendo uma análise aprofundada das alternativas de localização e dos habitats

disponíveis para a fauna afetada. Considera igualmente essencial uma avaliação dos impactes cumulativos dos projetos energéticos e restantes infraestruturas existentes ou previstas no Nordeste Transmontano, bem como dos efeitos sobre os sistemas agro-silvo-pastoris, os solos, a retenção de água, as alterações climáticas e o risco de incêndio e maior transparência quanto aos benefícios para as populações locais.

A **Plataforma Nordeste Vivo**, embora reconheça a importância da transição energética, considera que esta deve respeitar a capacidade de carga do território e os seus valores ambientais, agrícolas, paisagísticos, culturais e socioeconómicos. Questiona a dimensão, localização e necessidade do projeto, defendendo uma análise mais robusta de alternativas, incluindo soluções descentralizadas e áreas já artificializadas. Considera ainda insuficiente a avaliação dos solos, biodiversidade, paisagem, património e atividades agro-silvo-pastoris. Defende igualmente uma análise abrangente dos impactes cumulativos regionais, do balanço climático, dos custos socioeconómicos e da futura desativação do projeto.

A **SOS Animal** reconhece a necessidade de descarbonização, mas rejeita uma transição energética assente na ocupação desordenada do território rural, na destruição e fragmentação de habitats, na degradação dos solos e na perda de biodiversidade.

A **Vulture Conservation Foundation** considera a área do projeto e da respetiva LMAT ecologicamente muito sensível, sobretudo devido aos potenciais impactes sobre o abutre-preto e outras aves necrófagas. E alerta que os dados de seguimento por GPS/GSM confirmam uma utilização relevante da região pela espécie, incluindo indivíduos de várias colónias portuguesas, com particular preocupação para a vulnerável colónia do Douro Internacional. A VCF identifica como principais riscos a perda de habitat, a colisão e a eletrocussão associadas à LMAT, defendendo o reforço dos estudos de campo, da monitorização da avifauna e da análise de dados provenientes de Portugal e Espanha. Recomenda ainda medidas de prevenção e

minimização, como o enterramento de redes elétricas internas, a sinalização dos cabos e outras soluções de redução da mortalidade. Considera igualmente essencial avaliar os impactos cumulativos num raio de 40 km e definir medidas compensatórias adequadas.

Os **Cidadãos** que se manifestaram a título individual evidenciam uma oposição muito significativa ao projeto nos moldes apresentados. Entre as principais preocupações manifestadas destaca-se, desde logo, a ocupação e possível degradação de solos agrícolas, pastagens e áreas naturais, considerados recursos essenciais para a agricultura, a pecuária, a pastorícia e para a própria identidade rural do Planalto Mirandês. A este conjunto de preocupações associa-se o receio de uma transformação profunda da paisagem, entendida não apenas como um valor visual, mas também como património natural, cultural e económico da região, com efeitos potenciais sobre o turismo rural e de natureza e sobre outras atividades dependentes da qualidade e autenticidade do território. É igualmente recorrente a preocupação com os impactos sobre a biodiversidade, nomeadamente a destruição e fragmentação de habitats, a perturbação da fauna, a perda de corredores ecológicos e os efeitos associados às vedações, acessos e linhas elétricas, incluindo em áreas de elevado valor ecológico. As preocupações estendem-se também às consequências económicas e sociais. São referidos possíveis prejuízos para atividades como a agricultura, pecuária, apicultura, caça, micologia e turismo, bem como o risco de perda de qualidade de vida e de atratividade do território. Em paralelo, várias participações levantam uma questão de justiça territorial, considerando que o Nordeste Transmontano já contribui significativamente para a produção nacional de energia renovável e que os encargos ambientais e paisagísticos tendem a concentrar-se na região, sem que estejam claramente demonstrados benefícios proporcionais para as populações locais. São ainda apontadas preocupações relacionadas com a desmatção, erosão e compactação dos solos, perda de capacidade de sequestro de carbono, risco de incêndio, recursos hídricos, ruído, alterações térmicas e efeitos associados às linhas de alta tensão. Outra questão recorrente prende-se com a responsabilidade futura pelo desmantelamento

das infraestruturas e pela recuperação dos terrenos, sendo solicitadas garantias financeiras e técnicas que assegurem que esses custos não venham a recair sobre os proprietários, as autarquias ou a população. E relevam da importância de que o futuro Estudo de Impacte Ambiental aprofunde a caracterização da flora, fauna e habitats e avalie de forma mais robusta os efeitos sobre espécies protegidas, os impactos cumulativos do projeto, tendo em conta a existência e previsão de outras infraestruturas energéticas na região, como barragens, parques eólicos, centrais fotovoltaicas, subestações e linhas de muito alta tensão.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão